

Editorial:

O norte-americano no mundo atual

Dizia-me há pouco um industrial norte-americano que o avanço tecnológico do mundo nos últimos cinquenta anos foi superior ao registrado nos últimos cinco séculos. É, de fato, o que tenho observado durante as viagens de estudos que venho fazendo pelos principais centros industriais e comerciais dos Estados Unidos da América. Em verdade, os países subdesenvolvidos assistem com assombro a esse avanço em progressão geométrica, pois com ele parece aumentar a distância entre eles e as nações desenvolvidas. O norte-americano demonstra uma tendência insaciável pela inovação. Diariamente, centenas de novos dispositivos são lançados na praça, visando à dupla finalidade de tornar a vida mais cômoda e assegurar a sobrevivência e a expansão das empresas dentro de um clima de feroz concorrência. Gastam-se anualmente bilhões de dólares em pesquisas destinadas a desenvolver processos de fabricação, transformação, distribuição e simplificação, bem como a criar novos processos. Em decorrência, os custos tecnológicos de operação sofrem baixas contínuas, ao passo que salários e impostos aumentam, dando margem a um poder aquisitivo crescente que rapidamente se transforma em procura de bens e serviços e em novas aplicações empresárias e governamentais. Às vezes, resulta daí o desperdício. Enquanto, a passos lentos, progride a luta contra o câncer, o consumo de cigarros aumenta, estimulado por uma fútil diversificação de filtros e a enfática pregação da propaganda. Ao escrever estas linhas, encontro-me num quarto de hotel amplamente equipado por múltiplos dispositivos (ou *gadgets*) que visam a "facilitar" a vida do americano: balança, rádio, televisor, congelador. À minha esquerda, um aparelho de ar condicionado reduz a temperatura do ambiente, ao passo que, à direita, um termostato a eleva. Mas, o saldo dos esforços produtivos é definitivamente positivo. Diversas vezes tive oportunidade de verificar em empresas como milhares de horas de trabalho humano foram reduzidas a poucas horas de operação mecânica, mediante simples instalação de um computador eletrônico. Não menos impressionantes são a rapidez e a eficiência com que se desenvolvem as atividades de construção de rodovias, comunicação interurbana, produção em massa, pesquisas científicas ou exploração do espaço. Com a simplificação de processos e, particularmente, com a redução das horas de trabalho abrem-se novas oportunidades de produção e de consumo, sobretudo nos setores da recreação e do turismo. As inúmeras lojas de artigos para esporte, as milhares de casas de diversões e o fluxo incessante de automóveis que rebocam barcos ou carros de moradia (*trailers*) constituem prova do tempo e dos recursos de que dispõe o norte-americano para dedicar-se ao descanso e ao lazer. As estatísticas confirmam a tendência: recentemente, pela primeira vez na história de um povo, o movimento comercial no setor de serviços superou os níveis de atividade industrial. Os visitantes de países menos desenvolvidos observam esse progresso com admiração e ligeira dose de inveja. E perguntamo-nos: que é que faz o sistema funcionar? Certamente, o próprio povo, o seu preparo educacional, a sua juventude histórica e mental, e a disposição de trabalhar, arriscar os seus recursos, experimentar e cooperar com quem tenha algo de novo e convincente a oferecer. O norte-americano das últimas gerações é, frequentemente, um real *entrepreneur*, no sentido mais dinâmico da expressão schumpeteriana. O que mais parece inspirá-lo nas suas contínuas explorações do desconhecido é uma sadia simbiose

do senso comum com a inabalável confiança na capacidade para inovar que lhe é peculiar. Ambos esses ingredientes psicológicos agem como catalizadores dentro de uma mentalidade talvez simplória, infantil até, mas funcional e realista. Os propugnadores do liberalismo econômico batizaram essa mentalidade de "livre iniciativa"; os norte americanos a abraçaram como uma espécie de religião pragmática, primeiro para se enriquecerem, depois para estabelecer o equilíbrio econômico entre as várias classes sociais do seu próprio país, e ultimamente, num gesto de magnanimidade amiúde mal interpretado, para favorecer o aumento dos níveis de vida dos países mais necessitados. O elemento-chave desse processo de catalisação é, indubitavelmente, o administrador, a quem se outorgam os maiores privilégios econômicos, sociais e até políticos (por mais que ele se queixe do Governo). É ele quem toma as magnas decisões quanto à produção, num regime que lhe assegura ampla liberdade de ação empresarial. E é dele que dependem a natureza e o grau de intensidade das pesquisas, da inovação, do investimento, da expansão e até da aplicação de alguns recursos públicos. Por conseguinte, o administrador norte-americano é, frequentemente, um homem seguro, orgulhoso e consciente do seu poder, mas também um homem imbuído de alto senso de responsabilidade social. Claro que para preservar a sua posição privilegiada ele prega e aplica o princípio do lucro máximo com convicção e rigor; mas, a elevada taxa progressiva, a crescente democratização do capital e, acreditamos, a sua própria formação ideológica e cristã contribuem para que outros motivos de ação empresarial entrem em jogo nas suas decisões. Só assim se explicam as crescentes contribuições de empresas particulares a atividades de fundo social, seja em dinheiro, seja em horas de trabalho. Aumenta progressivamente o número de norte-americanos (de ambos os sexos) que se dedicam à melhoria do sistema educacional, à reconstrução de áreas empobrecidas, à redução do conflito racial ou à promoção das artes e da cultura. Ambições sociais ou o desejo de sobressair da massa, nivelada que está pelo conformismo que se reflete nos hábitos rotineiros de vida, constituem, em parte, os motivos propulsores dessa dedicação. Quaisquer que sejam esses motivos, porém, a sociedade geralmente se beneficia, reduzem-se desigualdades e novas oportunidades são criadas, sobretudo para as minorias que ainda são alvos de preconceitos e perseguições. Ao desenvolver a sua estabilidade econômica e ao combater o desequilíbrio social, o norte-americano não tem demonstrado interesse para tomar consciência do seu papel de liderança no cenário mundial. Para o cidadão norte-americano típico, o mundo imediatamente além da sua própria esfera de ação ou vida social é uma grande incógnita, tanto no sentido geográfico, quanto no cultural. A maioria da população mal acompanha os acontecimentos do Vietnã e muito menos registra dados e ocorrências de outras regiões menos explosivas, talvez, mas de igual ou maior importância política para o futuro da Nação. Ao mesmo tempo, o povo parece estar pouco consciente do poderio industrial e militar do seu País. Faltam-lhe os meios de comparação com outros países, pois apenas a minoria tem a possibilidade de viajar para além das fronteiras nacionais. O ensino de línguas estrangeiras em escolas e universidades é escasso e precário. A imprensa, o rádio e a televisão preferem focalizar notícias de interesse local ou exploram o sensacionalismo, que provoca e vende, mas em nada contribui para um entendimento mais objetivo dos compromissos voluntários ou involuntários a que está vinculado o

Governo Federal. Todavia, também no tocante a esse problema de isolacionismo intelectual, encontramos indícios de transformação. A própria curiosidade do norte-americano, as inúmeras perguntas que costuma formular a todos os estrangeiros, o respeito com que costuma encarar a tradição de outros países, a extraordinária hospitalidade com que nos recebe e as críticas que formula à política externa do seu Governo constituem provas cabais do seu desejo de ampliar horizontes e de participar, em escala crescente, dos acontecimentos de âmbito internacional. Não fosse essa a sua atitude, fundamentalmente positiva, aberta e francamente generosa para com o exterior, particularmente quanto aos povos subnutridos e subdesenvolvidos, ele haveria de opor-se ferrenhamente aos programas de assistência técnica e financeira do Governo norte-americano a vários países de todos os continentes. Afinal, quem trabalha e paga pela ajuda externa é a própria população estadunidense. A generosidade do norte-americano não é, naturalmente, puro altruísmo. O desejo de agradar ou de "fazer amigos" é motivado, também, por razões de ordem prática, como a necessidade de criar mercados externos, e pela forte ambição a que está condicionado de sair vitorioso do conflito ideológico entre o Oriente e o Ocidente. Daí a sua atitude de "mão-aberta". Todavia, só -m raras instâncias essa atitude se transforma na agressividade de exploração econômica de que frequentemente é acusado. A maneira pela qual foi idealizado e executado o *Plano Marshall*, como também a criação da *Aliança para o Progresso* representam, a meu ver, provas convincentes da sinceridade com que os EUA procuram aplicar e divulgar a sua revolucionária ética humanitária de cooperação internacional que visa a eliminar os desníveis econômicos de todos os povos e a reduzir o problema da alimentação a um processo tão mecânico quanto possível, a fim de que os esforços da humanidade inteira possam ser dirigidos a novos alvos, particularmente à exploração do espaço. O ponto até o qual e a rapidez com que essa ética poderá ser implantada dependerão, em parte, dos próprios esforços internos dos povos subdesenvolvidos no combate aos seus desníveis sociais e econômicos. Com essa mensagem - reconhecidamente especulativa porque pessoal - despeço-me dos leitores da RAE. Já o presente número da Revista foi preparado sob orientação editorial da Professora Yolanda Ferreira Balcão. Desde 1958 a Professora Yolanda faz parte do Corpo Docente da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, onde leciona Comunicações, Organização e Administração Geral, disciplinas do Departamento de Administração Geral e Relações Industriais, cuja chefia exerce desde 1963. De 1961 a 1963 foi redatora da RAE, quando travou profundo conhecimento com a sua técnica editorial e com todos os artigos publicados durante esse período. Além da sua experiência e qualificação profissional - é formada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e pela *Michigan State University*, onde obteve em 1959 o grau de "*Master oi Business Administration*"-,o que a qualifica particularmente como redatoracheefe são o seu elevado senso de análise crítica, sua incansável dedicação a qualquer tarefa que a motive e a real paixão que dedica ao vernáculo. Acreditamos que essas qualificações sejam a garantia de um elevado padrão de trabalho editorial da REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.

Raimar Richers